

GESTÃO DO 3º SETOR – QUESTÕES DE REVISÃO

Aluno:



1- O chamado Terceiro Setor só pode ser compreendido dentro de uma conjuntura social, econômica e política que determinam o seu significado e a sua dimensão. Nesse sentido, considere:

I. O Terceiro Setor ocupou e ocupa o papel que é do Estado na formulação e execução das políticas sociais.

II. Não se pode negar a importância das ações desenvolvidas pelas organizações do Terceiro Setor no enfrentamento das diferentes manifestações da questão social.

III. O Terceiro Setor se configurou nos últimos 20 anos dentro de um contexto de avanço do projeto neoliberal caracterizado pela implementação de políticas sociais focalizadas e seletivas.

Está correto:

- a) II e III apenas.
- b) II e III.
- c) I e III apenas.
- d) III apenas

2- As Organizações do Terceiro Setor compostas por fundações ou associações civil, são consideradas entidades sem fins lucrativos, de direito privado que realizam atividades de interesse público. Tratando-se das características e atividades realizadas pelas ONGs, assinale a alternativa incorreta:

- a) Realização de ações solidárias, de ajuda mútua e filantrópicas.
- b) Autonomia, livre adesão e participação voluntária dos associados.
- c) Iniciativas privadas orientadas para o lucro.
- d) Iniciativas na esfera pública não realizadas pelo Estado.

3- Sabemos que o Terceiro Setor é formado por instituições não governamentais, que expressam a sociedade civil, com participação de voluntários, para atendimento de interesse público em diferentes áreas. Em pesquisas recentes aponta-se que no Brasil existem cerca de 300 mil dessas

instituições, compondo um conjunto de grande diversidade. Mas, as organizações que compõem esse setor tem algumas características em comum. Sobre as instituições que formam o Terceiro Setor é INCORRETO afirmar:

- a) Podem contar com o trabalho de um corpo de voluntários.
- b) Trabalham na defesa e garantia dos direitos.
- c) Não é nem público nem privado, é um espaço institucional que abriga entidades privadas com finalidade pública.
- d) Terceiro Setor é substituto da função do Estado.

4- Para que possamos compreender o caso do Terceiro Setor no Brasil, é necessário um entendimento da superestrutura e da conjuntura socioeconômica na qual estamos inseridos. Para isso, devemos ter consciência do processo histórico, assim como o desenvolvimento da legislação e das normatizações para o seu funcionamento. Considerando isso, qual doutrina histórica esteve relacionada ao surgimento dessas organizações?

- a) A doutrina filosófica.
- b) A doutrina religiosa.
- c) A doutrina militar.
- d) A doutrina político-ideológica.

5- É correto afirmar, em relação a finalidade da Lei 13.019/2014, que:

- a) A lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de interesse Público, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- b) A lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as OS – Organização Social, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- c) A lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil qualificadas com o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- d) A lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

6- Em relação a Captação de Recursos das ONG,s escolha a afirmação correta:

I. Editais.

II. Chamamento público, como previsto pela Lei 13.019/14.

III. Pessoas físicas.

IV. Geração de renda.

- a) I e II são possibilidades de captação de recursos para as organizações.
- b) I, II e III são possibilidades de captação de recursos para as organizações.
- c) I, II, III e IV são possibilidades de captação de recursos para as organizações.
- d) III e IV são possibilidades de captação de recursos para as organizações.

7- Em relação ao atributo como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos previstos na respectiva lei é ato:

- a) Discricionário, uma vez que depende de avaliação administrativa quanto à sua conveniência e oportunidade.
- b) Composto, subordinando-se à homologação da Chefia do Poder Executivo.
- c) Vinculado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei.
- d) Complexo, uma vez que somente se aperfeiçoa com a instituição do Termo de Parceria.

8- Quais pessoas jurídicas são consideradas Organização da Sociedade Civil (OSC) na Lei 13.019/2014?

- a) Empresas, Associações e Fundações.
- b) Organizações Religiosas, Associações, Fundações e Cooperativas.
- c) Associações e Fundações.
- d) Nenhuma das alternativas

9- No âmbito da Lei n.º 13.019/2014, o mecanismo legal que permite parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e que não envolvam a transferência

- a) Termo de fomento.
- b) Termo de colaboração.
- c) Acordo de cooperação.
- d) Projeto

10- Conhecida como "Marco Regulatório do Terceiro Setor", a Lei Federal n 13.019/2014, estabelece normas gerais para as parcerias entre a Administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Ressalvadas as exceções previstas na mencionada legislação, é necessária a adoção do seguinte procedimento prévio para a celebração dos instrumentos de parceria nela disciplinados:

- a) Licitação na modalidade pregão.
- b) Registro de Preço
- c) Chamamento público.
- d) Licitação na modalidade concurso.